

Território, Pesca artesanal e Proteção Social: a importância do complexo estuarino na vida das pescadoras do Estado da Paraíba, Brasil.

Emanuel Luiz Pereira da Silva¹
Marinalva de Sousa Conserva²

Resumo

O presente artigo tem por propósito descrever o conhecimento local das pescadoras artesanais do estuário do rio Paraíba, localizado no Estado da Paraíba, região nordeste do Brasil e tem como objetivo refletir sobre o território, pesca artesanal e a importância do complexo estuarino na vida das trabalhadoras. A relevância deste estudo está no conhecimento das relações sociais presentes no estuário do rio Paraíba, como se associa às determinações do Estado, frente à garantia do acesso a bens e serviços públicos e das recentes formas de provisão social apresentadas, também, de como as populações vocalizam suas demandas nos territórios habitados.

Palavras-chave: Território, Pesca Artesanal, Trabalho e Ambiente.

Resumen

El presente artículo tiene por propósito describir el conocimiento local de las pescadoras artesanas del estuario del río Paraíba, ubicado en el Estado de Paraíba, región nordeste de Brasil y tiene como objetivo reflejar sobre el territorio, pesca artesanal y la importancia del complejo estuarino en la vida de las trabajadoras. La relevancia de este estudio está en el conocimiento de las relaciones sociales presentes en el estuario del río Paraíba, como se asocia a las determinaciones del Estado, frente a la garantía del acceso a bienes y servicios públicos y de las recientes formas de provisión social presentadas, también, de como las poblaciones vocalizan sus demandas en los territorios habitados.

Palabras clave: Territorio, Pesca Artesanal, Trabajo y Ambiente.

1 Introdução

O presente artigo tem por propósito fazer uma reflexão sobre o conhecimento local, as estratégias de sobrevivência das pescadoras artesanais do estuário do rio Paraíba, localizado no Estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil, a partir das relações de trabalho e de vínculos sociais estabelecidas imbricadas ao ecossistema estuarino. Na contemporaneidade as questões que envolvem o meio ambiente e o trabalho vêm assumindo novas formas com o aprofundamento do processo de globalização, com a concessão das políticas econômicas de corte neoliberal e com a reestruturação produtiva.

¹ Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Política Social vinculado ao PROCAD - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança e Assistência Social do Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da PUC/SP. Docente do Curso de Serviço da Faculdade Internacional da Paraíba – FPB.

² Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Sociais vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB.

Esse trabalho é resultado de estudos e pesquisa desenvolvidos junto aos pescadores artesanais, desde graduação em Ciências Biológicas em 1998, que culminou na Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba intitulada - *Da Casa ao Mangue: Abordagem Sócio-Ecológica do Trabalho das Marisqueiras do Estuário do Rio Paraíba*, em agosto de 2011.

Nesse artigo, pretendemos elucidar questões sobre a importância do complexo estuarino na vida dos pescadores do Estado da Paraíba em relação às determinantes territoriais como trabalho e as relações sociais construídas no território de vida.

Espera-se, a partir da análise realizada, contribuir para a compreensão das relações entre os moradores por meio do vínculo familiar na organização comunitária para garantia das formas de reprodução social, frente às demandas direcionadas ao Estado, favorecendo a participação social nas decisões políticas e na organização das pescadoras moradoras das margens do estuário do rio Paraíba.

No último quartil do século XX temos um marco configurado pela grande investida do capital no enfrentamento da crise da lucratividade, aberta a partir dos anos de 1970. Neste mesmo período histórico surgiu de forma emergente, vários questionamentos que comprometeria a hegemonia do poder vigente do capital como a formação de agrupamentos organizados da classe trabalhadora e manifestações ecológicas de nível mundial. A resistência apresentada por tais grupos se consolidada na defesa da inclusão dos problemas ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais em sua totalidade. As apreensões espraiam-se na percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico que possui suas bases genéticas na indústria, e o volume dos efeitos nefastos sobre os diversos ecossistemas do planeta.

O contexto de crise mundial do capital, de esgotamento do modelo desenvolvimentista, de desmonte do “socialismo real” e dos estados de bem-estar social, evidencia a imensa capacidade destrutiva do sistema (Silva, 2012).

Essa objetividade negativa do capital se intensifica no extermínio dos recursos naturais, aumentando as listas de problemas sócio-ambientais como aponta (Sachs, 1986), como: os processos de urbanização acelerada; o crescimento e a desigual distribuição demográfica; a expansão descontrolada do uso de energia nuclear, com finalidades bélicas ou pacíficas; o consumo excessivo de recursos não-renováveis; os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; a contaminação tóxica dos recursos naturais; o desflorestamento; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático, têm impactado a opinião pública mundial e atraído atenção para uma realidade, até então pouco observada.

Mais recentemente, os analistas da problemática ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento mais adequado. Isto porque, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos sócio-ambientais (Lima, 1997).

2 A importância do território: o lugar e o território vivido

2.1 Área de estudo e sua importância para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas

O Estuário do rio Paraíba (Figura 1) está situado na região metropolitana de João Pessoa capital do Estado da Paraíba. No entorno existem vários ecossistemas, tais como manguezais, ambientes recifes, mata atlântica, mata de restinga e falésias. Constata-se a importância do estuário no processo de formação das cidades onde a partir de Cabedelo-PB que na atualidade comporta o Porto que representa a principal atividades portuárias com elevado valor econômico e comercial do Estado da Paraíba, apresenta os seus fios de ligação com os povos que aprenderam e se apropriaram do ambiente

estuarino configurando um elo de intercâmbio muito forte, visto que, as comunidades que até os dias atuais encontram-se instaladas as suas margens ligam-se ao fator preponderante na estratégia de sobrevivência – o trabalho.

O rio proporcionou a entrada dos seres humanos que dada à necessidade de desbravar o ambiente foram colonizando as margens podendo assim adentrar nas áreas mais remotas do Estado como o Litoral Norte, Brejo, Curimatau, Cariri e ao Sertão Paraibano. O rio e seus afluentes foram sem dúvida a forma mais efetiva de conquistar os territórios que compõe na contemporaneidade o Estado (Silva *et al*, 2011).

As comunidades de pescadores artesanais estudadas foram Porto do Moinho no município de Bayeux, Porto de João Tota no município de João Pessoa e Renascer no município de Cabedelo. Os pescadores artesanais têm a pesca como a principal atividade de subsistência (Mourão, 2003). Verificamos nas incursões de campo e nas entrevistas semi-estruturadas que as marisqueiras possuem conhecimentos empíricos que devem ser respeitados e incorporados para uma reorientação nas formas de procedimento em relação ao ambiente e ao trabalho que está fortemente ligado à obtenção dos recursos pesqueiros.

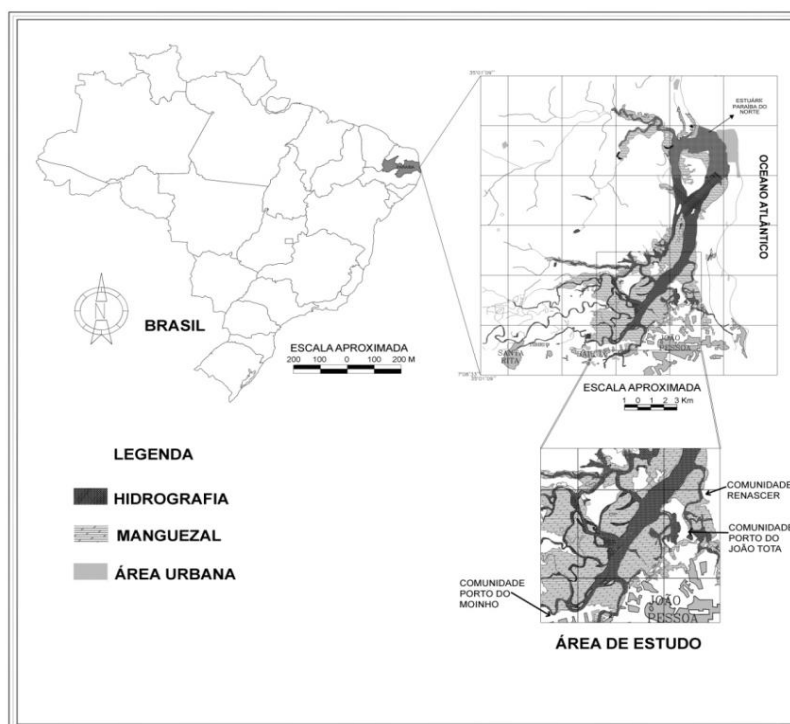


Figura 1: Mapa de Localização do Estuário Rio Paraíba do Norte e das Comunidades do Porto do Moinho (Bayeux); do Porto do João Tota (João Pessoa) e do Renascer (Cabedelo).

2.2 Materiais e Métodos

Métodos qualitativos (entrevistas abertas e observação direta) foram utilizados para obter informações sobre o processo de trabalho na coleta de marisco e sua imbricação com o ecossistema de manguezal. Na primeira incursão ao ambiente de coleta de mariscos realizaram-se entrevistas abertas com a finalidade de se conhecer aspectos da interação entre as comunidades-alvo e o complexo

estuarino manguezal. A amostragem foi não-aleatória intencional (Albuquerque *et al*, 2002), entendida por não probabilística regida por critérios de conveniência e/ou de disponibilidade dos inquiridos na qual foram pré-definidos os entrevistados a partir das intervenções realizadas pelas pescadoras na Conferência Territorial de Pesca Artesanal do Estado da Paraíba em Setembro de 2009.

As entrevistas realizadas para obtenção das informações referentes ao processo e organização do trabalho bem como sua relação direta com o recurso marisco foram aplicadas individualmente a 45 mulheres, sendo 15 por comunidade estudada, representando: 14,4%, 35,7% e 18,3% das marisqueiras das Comunidades do Porto do Moinho (Bayeux); do Porto do João Tota (João Pessoa) e do Renascer (Cabedelo), respectivamente. Todas as marisqueiras envolvidas na pesquisa foram esclarecidas sobre o real objetivo do estudo e assinaram o termo de livre consentimento, ao qual foi submetido à avaliação do comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos constituído nos termos da Resolução N° 196/96, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS), com registro junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). As entrevistas foram registradas em papel e com um gravador portátil, sendo as informações posteriormente transcritas, resultando, aproximadamente em 50 h de gravação.

Nas ocasiões em que se necessitou confirmar a consistência e a validade de determinadas respostas, recorreu-se à repetição de perguntas, criando-se situações sincrônicas (mesma pergunta: feita a pessoas diferentes, de forma sequenciada uma após a outra) e diacrônicas (mesma pergunta: repetida à mesma pessoa, em tempos bem distantes, ou seja, com um grande intervalo de tempo para assim confirmar se o entrevistado confirma com a mesma resposta dada anteriormente referente a mesma pergunta) (Mourão, 2003).

A análise das informações obtidas foi estritamente qualitativa, efetuada por meio da interpretação do discurso das entrevistadas, buscando de forma efetiva e afirmativa, justapor o conhecimento tradicional dessas trabalhadoras ao modelo operacional do conhecimento científico. Optamos pela análise qualitativa por apresentar caráter fundamental descritivo, sendo assim, este tipo pesquisa exige do pesquisador uma maior atenção na captação dos dados bem como a permanente intensidade à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma do conteúdo da fala do entrevistado que adentra na essência do que se pretende estudar em que a observação e escuta dos tons, ritmos e expressões gestuais são atenções imprescindíveis na coleta das informações do trabalho e da vida cotidiana das marisqueiras (Maanen, 1979; Godoy, 1995; Brandão, 2000).

3 O território enquanto determinante das relações sociais

No Brasil muitas populações buscam sua sobrevivência em áreas de água doce, salobra e salgada (as denominadas populações ribeirinhas e caiçaras), que culmina em uma realidade global. Os manguezais do litoral brasileiro são os únicos do mundo que são considerados pela legislação como áreas de preservação (Lacerda *et al.*; 2006) e mesmo assim, continuam sendo explorados sem nenhuma forma de manejo, acarretando na degradação dos recursos naturais destes ecossistemas (Silva, 2011).

Diante destas determinações, deve-se considerar o território em suas multidimensões, isto é, significa conceber as formas de produção, de apropriação e de controle do espaço social que são construídas socialmente. Em outros termos: o espaço social é produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (Lefebvre, 1991).

A importância do território em suas multidimensões reside em considerá-lo em sua essência como o chão *concreto das políticas, raiz dos números e a realidade da vida coletiva*, que representa de forma proativa a base do exercício da cidadania, que fundamenta as relações sociais de vizinhança, de poder, visto que, esse território também é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, em que as desigualdades sociais se evidenciam (Koga, 2011).

É a partir de tal compreensão que se busca apontar reflexões sobre as especificidades das populações residentes as margens do estuário do rio Paraíba-PB. Neste prisma, as populações instaladas a margem do estuário enfrentam muitos problemas de ordem social, ambiental e econômica. As desigualdades sociais se intensificam com a mundialização das condições impostas pelo capitalismo e o lastro da exclusão social.

Estas condições levam a predominância de relações de intercâmbios diretos com o meio natural como a pesca, a caça e o extrativismo, restrito às práticas tradicionais de trabalho, forçando um processo de exclusão dos meios de produção tecnológicos, haja vista, a ausência de técnicas de manejo dos recursos da natureza para a produção em larga escala, dificultando o escoamento da pequena produção comunitária.

Para Silva (2011) a importância do estuário e do mangue na vida das populações ribeirinhas do estuário do rio Paraíba ultrapassa o aspecto ecológico; muitas comunidades tiram seu sustento dos manguezais através da pesca artesanal e de subsistência; pescadores e catadores de moluscos e crustáceos têm nestas atividades a fonte de renda necessária para sua sobrevivência, que ainda se configura de forma precária e desigual. Desta forma, a degradação do referido ambiente causa não só modificações no meio ecológico, mas também impactos sociais e econômicos.

Com a precarização do processo de trabalho neste território, muitas pessoas do interior do Estado da Paraíba migraram para a capital, em busca de emprego e de melhores condições de vida, acarretando no crescimento, sem planejamento, dos territórios, pressionando os recursos naturais, já escassos, do litoral.

Algumas marisqueiras do estuário do Rio Paraíba vêm promovendo ações de combate a degradações do ecossistema de manguezal, em busca da sustentabilidade socioambiental, por meio de encontros junto à associação de moradores, uma vez que, não possuem sede própria.

As diretrizes políticas e econômicas para o setor pesqueiro brasileiro, historicamente, fomentaram e privilegiaram o agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura, provocando sobre-exploração dos estoques e danos ambientais. Essas políticas desconsideraram as reais necessidades dos pescadores artesanais e não reconheceram as atividades da cadeia produtiva da pesca, realizadas principalmente por mulheres que trabalham na terra, no regime da economia familiar, no beneficiamento do pescado, na confecção de apetrechos de pesca e na captura de marisco.

A relação específica das populações ribeirinhas consideradas pescadores artesanais com a natureza foi desprezada em um primeiro momento e, posteriormente seus conhecimentos e sua forma de se relacionar com a natureza (considerada tradicional) foram reconhecidos frente aos organismos internacionais, tendo relevância na formulação de políticas públicas de controle do território urbano e rural para a conservação da biodiversidade (Diegues, 2004).

Deve-se reconhecer que a aplicação dos dispositivos legais pertinentes, pode gerar mudanças nos modos de vida específicos e desconsiderar a heterogeneidade das diversas populações ao impor novas formas de apropriação dos recursos naturais e relações contratuais. Para Castro (1997), nas sociedades consideradas como “tradicionais”, no âmbito dos grupos agro-extrativos, o trabalho apresenta diversas dimensões, reunindo elementos técnicos, mágicos, rituais e simbólicos.

Os moradores residentes do entorno do estuário se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho, nas relações comunitárias, enquanto projeto comum: a conservação dos recursos da natureza, fonte de reprodução destes, compreendendo a restrição do uso do território como fundamental para o processo de reprodução social.

Estes territórios apresentam elementos comuns, a necessidade que os moradores possuem em fazer-se representar frente ao Estado em detrimento das demandas específicas, para a garantia da reprodução social e as formas que o Estado dará enfrentamento a estas demandas. Entretanto, entende-se que o Estado não consegue dar respostas às demandas da sociedade, tal como devem ser efetivadas, sobretudo aos segmentos populacionais mais empobrecidos e excluídos.

Deste modo, os moradores do estuário do rio Paraíba passaram a congregar o universo de novos atores sociais e políticos que além de lutarem pelo acesso a políticas, passaram a ser reconhecidos como sujeitos na construção e efetivação de direitos e de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado (Teixeira, 2002).

4 Percepção ambiental, Proteção Social e o trabalho na pesca artesanal

A nossa luta é de porta em porta nas casas do pescador porque em todos os lugares os pescadores estão organizados e aqui não estão... Então a nossa luta é organizar os pescadores, manter a documentação em dia, manter os pescadores organizados, sabendo o que eles têm que fazer sabendo quais são os direitos deles, e o nosso trabalho é esse aqui! É organizar os pescadores um nem tanto e outros não... Mais nossa luta é essa e um dia agente chega lá!
(R., 41 anos, Comunidade Renascer III).

Assinalamos que, de uma forma geral, não encontramos sociedades humanas que não tenham desenvolvido alguma forma de proteção aos seus membros mais vulneráveis. Seja de modo mais simples, através de instituições não especializadas e plurifuncionais, como a família, por exemplo, ou com altos níveis de sofisticação organizacional e de especialização, diferentes formas de proteção social emergem e percorrem o tempo e o espaço das sociedades “como processo recorrente e universa” (Yazbek, 2012).

Conforme Giovanni (1998, p. 10) compõem sistemas de proteção social *as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações.*

Nessa contextualização partimos historicamente para um conjunto de mudanças radicais no que confere a proteção social com a inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o bombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. A inclusão da assistência social significou, portanto, ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência de a assistência social, como política, ser capaz de formular com objetividade o conteúdo dos direitos do cidadão em seu raio de ação, tarefa, aliás, que ainda permanece em construção.

A concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais. Para Sposati (2009) ele não flui de uma fórmula matemática, ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento. Para a autora o sentido de proteção supõe antes de tudo, um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana.

Diante desta realidade, partimos de uma concepção de desenvolvimento sustentável que possui como perspectiva “sustentabilidade democrática” que na sua essência “*entendida como o processo pelo qual, as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais*” (Acselrad & Leroy, 1999). Assim temos uma proposta de mudança total, ou seja, mudança do paradigma dominante de desenvolvimento econômico, tendo suas mudanças pautadas em princípios de justiça social, superação da desigualdade social e econômica como também da construção democrática advinda do dinamismo dos pescadores e pescadoras artesanais.

A discussão da sustentabilidade adentra o campo das relações sociais, analisando e descrevendo os meios sociais de apropriação bem como o uso dos recursos e do meio ambiente. Adotam-se as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável que são, neste caso, construções sociais fruto do embate político entre trabalhadores e os grandes empresários detentores dos meios de produção em busca do controle dominante de suas posições.

Conforme Marx (1988), a natureza possui por excelência independência nas suas relações resultando na sua essência em manifestações de ordem natural próprias dos seus ciclos vitais, mas quando partimos para as relações humanas, ela só manifesta suas qualidades e ganha significado através de uma relação transformadora com o trabalho humano (Bottomore, 1988). Embora as considerações de Karl Marx, no século XIX, direcionem a proliferação da tendência expansionista do modo capitalista de produção como condição necessária para a transição para o socialismo, nem por isso deixou de pôr em evidência sua violência destrutiva e irretorquível. Marx (1988) observa em *O Capital*, que

[...] a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra [...] tanto na agricultura quanto na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção é, ao mesmo tempo, o martírio dos produtores, o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomia individual (Marx, 1988, pp. 99-100).

Objetivando a nossa discussão continuamos dialogando de forma lúcida com a obra *O Capital* de Karl Marx, “*cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo*”, pois cada progresso leva, em longo prazo, à “*ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (do solo)*”. A produção capitalista, portanto, “*só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador*” destacamos a atualidade teórica de Karl Marx nas análises feitas em campo onde assistimos a degradação do meio ambiente e do trabalho das marisqueiras do estuário do Rio Paraíba aonde as indústrias da cana de açúcar e da carcinicultura vem de forma nociva devastando a vida nesse complexo estuário manguezal (Marx, 1988).

As práticas desenvolvidas pelos proprietários das usinas de cana-de-açúcar e das fazendas de camarão (carcinicultura), instaurados ao longo do ecossistema manguezal são atividades de alto impacto no estuário que comprometem a vida animal e vegetal que por sua vez garantem a subsistência dos pescadores e pescadoras artesanais desses territórios de pesca. Muitos depoimentos de caranguejeiros, catadoras de moluscos bivalves, dentre outros trabalhadores e profissionais envolvidos com a causa ambiental enumeraram várias problemáticas reais, tais como a poluição provocada pelo acúmulo do lixo urbano e a falta de saneamento básico que são as grandes vilãs da atividade pesqueira, agrotóxicos que são carregados com as águas das chuvas das plantações de cana-de-açúcar e venenos que são colocados para eliminar qualquer predador que venha alimentar-se do camarão cultivado nos viveiros. As marisqueiras afirmam que essa prática negativa vem ocorrendo com frequência nos últimos anos.

Nos períodos de ocorrência de chuvas qualquer pessoa mesmo não sendo pescador ou pescadora poderia detectar *in loco* nos locais de coleta de mariscos, caranguejos e ostras grande mortandade devido às substâncias químicas lançadas provenientes das usinas de cana-de-açúcar e entre outros problemas decorrentes também do uso de substâncias tóxicas que de forma clara podem ser chamadas de venenosas usadas para matar os siris e caranguejos que são os predadores naturais do camarão, sendo assim os proprietários das fazendas de cultivo de camarão insistem em matar tudo que esteja no entorno dos tanques e que venha “prejudicar” o cultivo. Assim, a discussão dessa

problemática de ordem social e ambiental é afirmada com as falas dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal que expressam claramente a situação vivida por todos os que dependem exclusivamente desses territórios de pesca e coleta de moluscos bivalves. A audiência pública foi realizada na Câmara Municipal de Bayeux-PB em Outubro de 2009.

“até quando vamos assistir o filme da destruição do manguezal pelos usineiros e criadores de camarão da Paraíba que chega e lança o veneno nas plantações e tanques e eles sabem que mata tudo até o que tem no mangue...”

A implantação das fazendas de camarão no nordeste brasileiro tem ocorrido inicialmente com o desmatamento do ecossistema manguezal para a implantação dos viveiros, onde reduz o habitat de numerosas espécies, extinguindo áreas de *apicuns* (correspondem a vastas áreas desnudas ou cobertas com vegetação rasa, podendo estar cobertos, em períodos de estação seca, por eflorescências salinas) e de expansão da vegetação de mangue, bloqueando as trocas laterais e os processos hidrodinâmicos, além de impermeabilizar as unidades do ecossistema manguezal (Silva, 2011).

Várias áreas de mariscagem e captura de caranguejos são extintas, gerando um grande impacto social com a expulsão de marisqueiras e catadores de suas áreas de trabalho, e de suas origens e/ou comunidades tradicionais para as cidades, aumentando as áreas de risco, regiões onde é não recomendada a construção de casas ou instalações, pois são muito expostas a desastres naturais, como desabamentos e inundações. Essas regiões vêm crescendo constantemente nos últimos 20 anos, principalmente devido à própria ação Humana (Brasil, 2001; Rocha, 2003; Veja, 2004).

Com a operacionalização dos viveiros de camarão, os recursos hídricos são contaminados por esgotos sem tratamento e com altas taxas de metabisulfito, restos de ração e dejetos, já que não há tratamento de efluentes, disseminando doenças em crustáceos e comprometendo a segurança alimentar das comunidades tradicionais. Conforme Arthur & Subasinghe (2002), os principais impactos das doenças dos animais aquáticos nas populações selvagens e biodiversidade são: a) impacto na estrutura da comunidade aquática, alterando populações de predadores e presas; b) alterações na abundância do hospedeiro (através de demandas genéticas alteradas, comportamento do hospedeiro alterado, aumento da mortalidade, diminuição da taxa de fecundidade, aumento da susceptibilidade a predação); c) redução da variação genética intra-específica; d) extirpação de componentes das comunidades aquáticas; e) extinção de espécies.

Outra problemática inerente às fazendas de camarão em áreas de pesca artesanal corresponde à ração, que é adicionada aos viveiros para que o crescimento das espécies cultivadas ocorra o mais rápido possível, contribui para a eutrofização das águas dentro e fora das fazendas. Não há um manejo sustentável na carcinicultura isso é comprovado pelas experiências que venho acompanhando, desde 1998, com a luta de biólogos, sociólogos, ambientalistas e outros profissionais que apresentam resultados de pesquisas diversas, onde as mesmas destacam que a carcinicultura vêm ocasionando conflitos com as comunidades tradicionais, já que é um empreendimento sócio-ambiental degradador.

A percepção das marisqueiras com relação ao ambiente natural nos remete a uma reflexão da dependência dos indivíduos em relação ao ambiente que gera, portanto, a responsabilidade por discutir as questões ambientais, uma vez que este ambiente é elemento essencial para a vida de todos. O mangue tem significado para essas trabalhadoras “*meio de vida*” obtendo a maior média 62,2% das entrevistadas. Esse resultado reflete na vida cotidiana que foi expressa nos depoimentos e relatos em campo.

“Meu Deus o trabalho da gente é igual ao corte da cana, é duro mais é a vida da gente o manguezal”

(C. 38 anos, comunidade do Porto do Moinho).

“Agente tem que se vira na maré é a única saída”
(C. 20 anos, Comunidade do Porto do Moinho).

Os problemas ambientais no Estuário do Rio Paraíba são expostos pelas marisqueiras de modo simples e claro que nos últimos 20 anos vem aumentando cada vez mais os níveis de poluição no ambiente aquático como no terrestre, visto que, as áreas estuarinas são altamente influenciadas pelos ciclos das marés. Sendo assim, lixo hospitalar, lixo doméstico, esgoto, agrotóxico, animais mortos e pessoas mortas ocorrem em toda extensão do estuário promovendo uma proliferação de poluentes, interferindo de forma agressiva na vida das pessoas que dependem exclusivamente dos recursos pesqueiros bem como no equilíbrio do ecossistema. Os problemas apresentados pelas marisqueiras não são resolvidos por nenhum dos órgãos competentes conforme dito por 86,7% das pescadoras entrevistadas das comunidades do Porto Moinho, Porto do Tota e Renascer.

No Estado da Paraíba muitas comunidades localizadas em áreas adjacentes ao ecossistema manguezal não possuem um sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos e efluentes. Assim, muitas pessoas dessas comunidades lançam o esgoto e resíduos sólidos nos rios e córregos poluindo as águas, impossibilitando que estas sejam usadas como fonte de recursos de subsistência e também para fins de recreação. Ao mesmo tempo o lixo a céu aberto constitui um dos principais vetores de transmissão de doenças. Segundo o Governo da Paraíba é crítico o estado em que se encontram as comunidades pobres, dispostas ao longo dos rios, riachos e ao longo das rodovias (Alves & Nishida, 2003; Takahashi, 2008).

De acordo com a percepção das marisqueiras das três comunidades envolvidas no estudo sua resposta relativa à pergunta *“Você tem notado a diminuição do marisco?”* 86% das marisqueiras responderam *sim*, visto que, um dos fatores mais citados que influenciam na diminuição do marisco *Anomalocardia brasiliana* vem com a chegada das águas das chuvas que nas comunidades Renascer, Porto do João Tota e Porto do Moinho apresenta percentuais de 73%, 47% e 60%, respectivamente.

Conforme Hickman e Illingroth (1980); Arruda-Soares *et al.* (1982) um dos fatores que influenciam na diminuição do marisco em meio natural são as mudanças sazonais na condição de bivalves que resultam de complexas interações de uma variedade de fatores com a atividade metabólica do animal. Fatores como alimento, temperatura e salinidade influenciam de forma direta no rendimento de carne da *A. brasiliana* que foi consideravelmente maior no verão (maior precipitação) do que nas demais estações do ano. Em trabalho sobre dinâmica de crescimento e nutrição desta espécie em Madre de Deus (BTS), Bahia (1995) verificou que as médias da variável peso das partes moles estiveram associadas à disponibilidade de alimento.

Nas viagens de observação da atividade de coleta de mariscos logo após o período de chuvas em Maio de 2010 observamos que muitos mariscos surgem nas *croas* (bancos de areia visíveis na maré baixa) com suas conchas abertas devido a tal efeito.

A divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista na concepção de Karl Marx gera alienação do homem em relação ao seu trabalho e à natureza/meio ambiente, desumanizando-o. A análise dos pressupostos que norteiam a concepção de desenvolvimento sustentável (leia-se: política que se manifesta através da maior participação da população em sua unidade local) permite-nos compreender a necessidade de criticar o modelo de desenvolvimento capitalista e o papel dos sujeitos políticos na construção de alternativas societárias democráticas que superem a desigualdade social e a degradação das próprias bases materiais do modo de produção. Permite-nos compreender, igualmente, que na concepção de desenvolvimento sustentável na lógica da sustentabilidade democrática, a relação trabalho e meio ambiente não está subsumida à hegemonia do capital, mas as categorias trabalho e natureza articulam-se na perspectiva de ampliação da qualidade de vida das populações e de superação da desigualdade/exclusão social e da desigualdade socioambiental.

Mészáros (2001), afirma que o desenvolvimento sustentável somente será alcançado com uma efetiva cultura da igualdade substantiva ou material (justiça social), remetendo o debate para as causas estruturais da degradação socioambiental, ou seja, o modo de produção capitalista.

Considerações Finais

Considera-se que os aspectos evidenciados elevam o horizonte de conhecimentos acerca das peculiaridades das populações da região do estuário do rio Paraíba.

O estuário objeto desta reflexão se apresenta como um importante meio de subsistência para as comunidades e na constituição de pescadores artesanais que se desenvolvem no seu entorno. Nas comunidades a pesca é realizada de maneira artesanal, utilizando técnicas e instrumentos rudimentares, resultando em uma produção de pequena escala. Os problemas enfrentados pelos trabalhadores (as) em particular o atendimento a saúde das mulheres, gerados devido o contato direto com as águas do mar, do mangue ou do rio, traz muitas consequências acarretando doenças, dificuldades que não são levados em consideração pelas autoridades competentes.

O conhecimento que pescadores artesanais detêm sobre a distribuição dos recursos e sua ecologia, além de sua percepção ambiental, constitui-se em uma ferramenta valiosa com potencial para ser incorporada tanto em planos de gestão e desenvolvimento socioeconômicos quanto em estudos de manejo, conservação e utilização sustentável da fauna local.

No processo de desenvolvimento atual, que visa à sustentabilidade política, através da maior participação da população, as comunidades ribeirinhas realizam experiências inovadoras, que têm se confrontado com interesses conservadores que buscam firmar seus privilégios frente à coletividade.

Observa-se que no contexto das comunidades do estuário do rio Paraíba algumas práticas de desenvolvimento induzem a formação de grupos sociais, porém, não são criadas condições para que esses grupos atuem nas políticas e exerçam a cidadania e a democracia. Assim, setores populares e trabalhadores permanecem à margem da formulação de políticas públicas que visam racionalizar os recursos de sua própria região. Percebe-se que são reduzidas as oportunidades e as garantias de direitos aos trabalhadores da pesca artesanal na Região Nordeste do Brasil.

As diversas formas de participação social que os moradores passaram a exercer se adéqua à análise de Teixeira (2002), quando passaram a se inserir nas recentes estratégias incentivadas pelo Estado, em detrimento da premissa neoliberal. Deve-se reconhecer que, contraditoriamente, se de um lado as estratégias de participação social congregam os interesses do capital, também, ampliam o processo democrático que é devido aos moradores.

As relações sociais determinadas nos territórios de pesca podem ser compreendidas dentre as recentes respostas do Estado à questão social e ambiental, ao ter como estratégia os programas de transferência de renda, em especial, destaca-se o Programa Bolsa família. Contribuem com as propostas que deveriam ser provenientes da legislação que prevê a Reforma Agrária e da própria legislação ambiental, específica para áreas de conservação no país.

Do mesmo modo, questiona-se a especificidade do estuário do rio Paraíba que por ser área de mangue, e legalmente considerado como território de conservação, deveria ser contemplado por políticas que tratem da conservação deste ecossistema, por meio de ações integradas, que garantam o acesso a bens e serviços públicos resguardados pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, outras possibilidades de investimentos sociais devem ser garantidas para concretizar melhores condições de reprodução social aos moradores desse território uma vez que congregam o universo de novos atores sociais e políticos que permanecem na luta pelo acesso a políticas públicas e pela efetivação de seus direitos.

Assim os dados analisados, nos permitem elucidar questões relacionadas às condições de vida e de trabalho dos que vivem da pesca artesanal e reproduzem socialmente que demandam políticas

públicas a partir da proteção social, o que exige um redirecionamento a fim de proporcionar melhores condições de vida e de trabalho aos pescadores artesanais dessas comunidades. Espera-se que essa reflexão possa contribuir nesse perspectiva, de modo específico, para garantia de um processo de organização social e de trabalho presentes nas comunidades do estuário do rio Paraíba.

Referências Bibliográficas

- Acsegrad, H; Leroy, J. P. (1999). *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Ed. Fase, Rio de Janeiro, RJ.
- Albuquerque, U. P; Lucena, R. F. P; Monteiro J. M; Florentino, A. T. N; Almeida, C. F. C. B. R. (2006). Evaluating two quantitative ethnobotanical techniques. *Ethnobot. Res. Applic*, 4: pp. 51-60.
- Alves, R. R. N; Nishida, A. K. (2003). Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (Decapoda, Brachyura), no estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. *Interciência*, 28 (1), pp. 36-43.
- Arruda-Soares, H.; Schaeffer-Novelli, Y.; Mandelli Jr., J. (1982). “Berbigão” *Anomalocardia brasiliiana* (Gmelin, 1791), bivalve comestível da região da Ilha do Cardoso, Estado de São Paulo, Brasil: aspectos biológicos de interesse para a pesca comercial. *Boletim do Instituto de Pesca*, 9, pp. 21-38.
- Arthur, J.R., Subasinghe, R. P. (2002). Potential adverse socio-economic and biological impacts of aquatic animal pathogens due to hatchery-based enhancement of inland open-water systems, and possibilities for their minimisation, pp. 113–126. In: Arthur, J. R., Phillips, M. J., Subasinghe, R.P., Reantaso, M. B., MacRae, I. H. (Eds.) *Primary Aquatic animal health care in rural, smallscale, aquaculture development*. FAO Fish. Tech. Pap, nº 406.
- Bahia, I. S. (1995). *Aspectos quantitativos da dinâmica de crescimento e nutrição de Anomalocardia brasiliiana (Gmelin, 1791) (Bivalvia, Veneridae) na Ilha de Madre de Deus, Baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Brasil. (2001). Departamento de Pesca e Aqüicultura. *Plataforma tecnológica do camarão marinho cultivado: seguimento de mercado*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: MAPA/SARC/DPA, CNPq, ABCC, 276 p.
- Brandão, Z. (2000). Entre questionários e entrevistas. In: Nogueira, M. A.; Romanelli, G.; Zago, N. (Orgs.). *Família & Escola*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 171-83.
- Bottomore, T. (Ed.). (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Zahar, Rio de Janeiro, RJ.
- Carcinicultura: a cultura dos crustaceos. (2004). *Revista Veja* (supl.).
- Castro, E. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Castro, E; Florence, P. (Orgs.). (1997). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997, pp. 221-242.

- Di Giovanni, G. Sistemas de proteção social; uma introdução conceitual. In: Oliveira, M. A. (Org.), *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.
- Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. (2004). (3ª ed.) São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades In: *Revista de Administração de Empresas*, 35 (2), pp. 57 - 63.
- Hickman, R. W; Illingworth, J. (1980). Condition cycle of the greenlipped mussel *Perna canaliculus*. In: New Zealand. *Marine Biology*, 60, pp. 27-38.
- Koga, D. *Medida das cidades*. (2011). Cortez Ed. São Paulo.
- Lacerda, L. D; Santos, J. A., Madrid, R. M. (2006). Copper emission factors from intensive shrimp aquaculture. *Marine Pollution Bulletin*, 52, pp. 1784-1832.
- Lefebvre, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. (1991). (A. J. de Barros, trad.). São Paulo: Editora Ática.
- Lima, G. F. da C. (1997, setembro). O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável [versão eletrônica]. *Revista Eletrônica "Política e Trabalho"*, pp. 201-202.
- Maanen, J. V. (1979). Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. *Administrative Science Quarterly*, 24 (4), pp. 520-526.
- Marx, K. (1988). O Capital: crítica da economia política. (Vol. I, Seção IV, Capítulo XIII). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Mészáros, I. (2001). The challenge of sustainable development and the culture of substantive equality. *Monthly Review*, 53 (7).
- Mourão, J. S; Nordi, N. (2003). Etnoictiologia de pescadores artesanais do Estuário do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. *B. Inst. Pesca*, São Paulo, 29(1), pp. 9-17.
- Rocha, I. P. (2003). *Itamar de Paiva Rocha: depoimento* [out. 2003]. Entrevistadores: C. Azevedo e I. Frota. Recife: Associação Brasileira de Criadores de Camarão. 1 cassete sonoro.
- Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Silva, E. L. P. da. (2011). *Da casa ao mangue: abordagem sócio-ecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do rio Paraíba/PB*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
- Silva, E. L. P. da; Conserva, M. de S; Oliveira, P. (2011). *Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do Estuário do Rio Paraíba, Nordeste, Brasil*. *Ecologi@*, 3, pp. 47-61.

- Silva, M. das G. (2012). Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social. In: Mota, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução das desigualdades*. (2012). São Paulo: Editora Cortez, 2012.
- Sposati, A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2009). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS/UNESCO.
- Takahashi, M. A. (2008). *Conhecimentos locais e a cadeia produtiva do goiamum (Cardisoma guanhumi, Latreille, 1825) no litoral paraibano*. Dissertação de Mestrado. PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
- Teixeira, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. (2002). (3ª ed.). São Paulo: Editora Cortez, Recife: EQUIP, Salvador: UFBA.
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 110, Editora Cortez, abr/jun, pp. 288-332.